

# A “carta de alforria” dos canavieiros: um estudo sobre a Greve de 1984 em Campos dos Goytacazes

The “manumission” of sugarcane cutters: a study on the Strike of 1984 in Campos dos Goytacazes

La “carta de manumisión” de los trabajadores de la caña de azúcar: un estudio sobre la huelga de 1984 en Campos dos Goytacazes

**Filipe Moreira de  
Azeredo TAVARES**

[filipe.tavares3@live.com](mailto:filipe.tavares3@live.com)

Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

*O fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 foram marcados pelo processo de reorganização dos movimentos sociais rurais e urbanos na defesa dos direitos políticos, redemocratização do Brasil e melhores condições de vida e trabalho. Diversas greves, paralisações e passeatas ocorreram em todo país, mobilizando múltiplos setores, como a Greve dos Metalúrgicos do ABC (SP, 1979), a dos canavieiros (PE, 1979) e a dos boias-frias de Guariba (SP, 1984) e Campos dos Goytacazes (RJ, 1984). Este artigo, no que lhe concerne, visa compreender e analisar o último entre os citados: a greve dos canavieiros campistas, em julho de 1984. Objetiva-se, portanto, discutir as razões que levaram à greve, sua organização e conquistas obtidas. Considerou-se a greve como momento de questionamento à autoridade patronal, cujas reivindicações superaram as necessidades por melhores condições econômicas, tornando-se momento de recuperação da dignidade. O enfrentamento coletivo aos patrões permitiu expor as violentas e arbitrárias ações que sofriam, bem como mobilizar a mídia pela defesa do cumprimento da legislação e da denúncia. Utilizou-se como fonte a bibliografia especializada e jornais da época, concluindo que as conquistas, ao menos na esfera legal, foram significativas para os canavieiros, principalmente pela organização realizada e os avanços nas negociações coletivas.*

**Palavras-Chave:** Canavieiros; Campos dos Goytacazes; Sindicalismo Rural.

*The end of the 1970s was marked by the process of reorganization of rural and urban social movements in defense of political rights, redemocratization of the country, better living and working conditions. Several strikes, work stoppages and marches took place throughout the country, mobilizing multiple sectors, such as the strike of metalworkers in ABCD Paulista, sugarcane cutters in Pernambuco (1979), Guariba (1984) and Campos dos Goytacazes (1984), in Rio de Janeiro, Brazil. This article, as far as it is concerned, aims to understand and analyze one of those moments of mobilization and questioning of living and working conditions: the strike of the "Campistas" sugarcane cutters, in July 1984. The objective is, therefore, to discuss the reasons that led to the strike, your organization and achievements. The strike was considered a moment of questioning the employers' authority, whose claims exceeded the needs for better economic conditions, becoming a moment of recovery of dignity. The collective confrontation with the bosses made it possible to expose the violent and arbitrary actions they suffered, as well as to mobilize the media in defense of compliance with the legislation and denunciation. The specialized bibliography and newspapers of the time are used as sources, concluding that the achievements, at least in the legal sphere, were significant for the sugarcane workers, mainly due to the organization carried out and the advances in collective bargaining.*

**Palavras-Chave:** Sugarcane cutters; Campos dos Goytacazes, Rural Sindicalism

*El final de los años 1970 y el comienzo de los años 1980 estuvieron marcados por el proceso de reorganización de los movimientos sociales rurales y urbanos en defensa de los derechos políticos, la redemocratización de Brasil y mejores condiciones de vida y de trabajo. Varias huelgas, huelgas y marchas tuvieron lugar en todo el país, movilizand o a múltiples sectores, como la huelga de los trabajadores metalúrgicos del ABC (SP, 1979), la huelga de los trabajadores de la caña de azúcar (PE, 1979) y la huelga de Guariba boia-frias (SP, 1984) y Campos dos Goytacazes (RJ, 1984). Este artículo, en lo que a él respecta, tiene como objetivo comprender y analizar el último de los mencionados: la huelga campista de los trabajadores cañeros, en julio de 1984. El objetivo, por tanto, es discutir los motivos que motivaron la huelga, su organización y logros obtenidos. La huelga fue considerada un momento de cuestionamiento de la autoridad patronal, cuyas demandas excedían las necesidades de mejores condiciones económicas, convirtiéndose en un momento de recuperación de la dignidad. El enfrentamiento colectivo con los patrones permitió exponer las acciones violentas y arbitrarias que sufrieron, así como movilizar a los medios de comunicación para defender el cumplimiento de la legislación y la información. Se utilizó como fuente la bibliografía especializada y periódicos de la época, concluyendo que los logros, al menos en el ámbito jurídico, fueron significativos para los cañeros, principalmente por la organización llevada a cabo y los avances en las negociaciones colectivas.*

**Palavras-Chave:** Cortadores de caña de açúcar; Campos dos Goytacazes; Sindicatos Rurales

## Introdução

A modernização da agricultura, planejada na década de 1960 e implementada pelos governos militares na

década seguinte, alterou as relações econômicas, políticas e sociais das regiões canavieiras de todo país. Através dos empréstimos concedidos à construção de destilarias, maquinários e projetos de irri-

gação, as usinas alteraram suas capacidades produtivas e incorporaram novas tecnologias, por vezes substituindo a mão de obra humana<sup>1</sup>. Esse processo degradou as condições de vida e trabalho dos canavieiros, com destruição das lavouras de subsistência, aumento do trabalho clandestino, processo de consolidação da expulsão de antigos moradores, entre outros fatores.

Evidentemente, os trabalhadores não assistiram passivos a essas transformações, tendo se organizado em confederações, federações e sindicatos para exigência do cumprimento dos direitos trabalhistas e respeito a sua identidade. Ao longo do processo de redemocratização do país, diversos movimentos rurais – e urbanos – emergem para lutar contra os efeitos do projeto modernizante, opressão e violência praticada pelo regime. Entre eles, ocorreu a greve dos metalúrgicos no ABC Paulista, a dos canavieiros de Pernambuco (1979), a dos boias-frias, em Guariba (1984) e a dos canavieiros, em Campos dos Goytacazes, interior do estado do Rio de Janeiro, em julho de 1984.

Este artigo, portanto, visa compreender e analisar um desses momentos de mobi-

lização e questionamento das condições de vida e trabalho: a greve dos canavieiros campistas. Objetiva-se discutir as razões que levaram à greve, sua organização e conquistas obtidas. Consideramo-la como momento de questionamento à autoridade patronal, cujas reivindicações superaram as necessidades por melhores condições econômicas, revertendo-se em recuperação da dignidade. O enfrentamento coletivo aos patrões permitiu expor as ações violentas, arbitrárias e mobilizar a mídia pela defesa do cumprimento da legislação, além de promover denúncias.

A agroindústria canavieira possui características, situações e mecanismos comuns em todo país, capazes de auxiliar no entendimento do cenário de exploração no momento da greve<sup>2</sup>. Entre seus elementos, destacamos o pagamento por produção, o trabalho clandestino e a violência física e simbólica. Os canavieiros, portanto, reagem a processos instituídos na longa duração, tendo nas suas demandas pautas históricas.

A decretação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1º de maio de 1943, não significou para os trabalhadores rurais

<sup>1</sup> O processo de modernização e transformação da agricultura, após os anos 1970, é analisado por (Kageyama & Silva, 1983). Em sua obra, ressaltam que a modernização brasileira acentuou as marcas contraditórias do desenvolvimento capitalista, por sua capacidade de produção de riqueza e miséria, simultaneamente. Apontam que este processo se pautou no acúmulo da riqueza, pelos setores dominantes, e a miserabilidade, deixada à sociedade trabalhadora. A modernização, além disso, efetivou-se pautada em dois processos fundamentais: a mecanização, caracterizada pelo aumento de tratores, colheitadeiras, semeadeiras, máquinas de arado, de transporte, de refinação da matéria prima etc., e pelo crescimento do consumo de uso de fertilizantes.

<sup>2</sup> Para reflexão sobre trabalho canavieiro e resistência em outras regiões, cf: Lopes e Heredia (2020).

sua inclusão imediata. Até 1963<sup>3</sup>, quando decretado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), diversas disputas jurídicas e políticas foram travadas para garantir a aplicação dos direitos previstos aos trabalhadores urbanos, em especial férias remuneradas, aviso prévio indenizado e hora extra. Portanto, a luta dos trabalhadores rurais a partir da CLT é tanto para extensão dos direitos ao campo quanto pela institucionalização e aplicação. A resistência e atuação de seus representantes legais possibilitaram o ingresso dos direitos no campo, inclusive judicialmente, com a formação de jurisprudências favoráveis.

Soares (2015), ao analisar a relação entre os trabalhadores campistas e a construção do direito, revela que, apesar do reconhecimento do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários em Campos só ter sido obtido em 1946, as ações ingressadas geraram reconhecimento pelo poder público municipal, com o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e a Junta de Conciliação e Julgamento e Justiça do Trabalho como entidade representativa dos trabalhadores rurais (Idem, p. 59). Trata-se, portanto, de sujeitos que se opõem aos anos de desrespeito à condição de cidadão, reclamando prerrogativas existentes no ordenamento jurídico e

aplicação de outras previstas para os trabalhadores urbanos.

O recorte selecionado neste artigo não foi o primeiro momento de lutas por direitos trabalhistas e sociais, mas a primeira mobilização do período de redemocratização. Os anos de ditadura civil-militar que antecederam a greve intensificaram o trabalho clandestino, a expulsão das fazendas, a violência e a coerção. Quando irrompeu a greve, as lutas estabelecidas no campo jurídico e das resistências cotidianas se acumulavam, e as pautas exacerbaram antigas insatisfações e desejos.

Assim, este artigo pretende resgatar a memória dos canavieiros campistas, pouco discutida pela academia desde os anos 1980, retomando o debate e explicitando a força do sindicalismo naquele contexto. Inicia-se este artigo contextualizando os efeitos da modernização na agroindústria canavieira campista, elencando aspectos teóricos e práticos das condições de vida e trabalho após a década de 1970, que corroboram com as razões pelas quais os trabalhadores pararam em julho de 1984. Posteriormente, analisa-se a execução do trabalho e as principais problemáticas envolvidas, como o pagamento por produção e as condições degradantes, localizando e identificando aspectos específicos da cidade.

---

<sup>3</sup> O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) não foi a primeira tentativa de regulação, pelo Estado, das relações de trabalho no campo. Em 1941, o Estatuto da Lavoura Canavieira pretendia proteger pequenos fornecedores e lavradores de cana. Para os usineiros, o Estatuto desrespeitava o direito à propriedade rural ao decretar o fornecimento de assistência médica, estabilidade no emprego, acesso à terra para subsistência, entre outras medidas.

A seguir, refletimos sobre as mobilizações anteriores à greve, orientadas pelo sindicalismo nacional e regional, indispensáveis para a organização dos trabalhadores até o momento de luta coletiva. Analisa-se o passo a passo da greve, as estratégias de mobilização e os avanços conquistados. Como fonte, atemo-nos aos jornais de grande circulação, a bibliografia especializada e relatórios. Por fim, traçamos considerações finais acerca da discussão.

### ***A modernização da agricultura na agroindústria canavieira***

A partir do golpe civil-militar de 1964, novos projetos políticos e econômicos foram empregados para atribuir ao Brasil o papel de competidor e reposicionar sua influência no mercado internacional. A partir daquela década, a acumulação do capital no campo foi marcada pela modernização da parte técnica, com consolidação dos complexos agroindustriais, promovidos pelas políticas de créditos rurais que atenderam aos interesses de segmentos da classe patronal (Novaes, 1993).

Através de programas oficiais, como o Programa de Racionalização da Agroindústria Brasileira (1971) e Programa Nacional de Alcool (Proálcool) e Planalsucar, foram concedidos “estímulos à fusão, incorporação e realocação de unidades industriais açucareiras” em todo país (Brasil, 1971). Ao longo dos anos 1960 e 1970, os usineiros de diversas regiões do país acessaram empréstimos, subsídios e incentivos fiscais, visando aumentar sua produtividade.

Estes empréstimos foram empregados na construção das indústrias, trocas de caldeiras e equipamentos de moagens modernos, que, no entanto, permaneceram ociosos e com baixa utilização até a metade da década de 1970. Como explicam Rodrigues e Ross (2020), a ociosidade ocorreu devido à inexistência da crise do petróleo naquele momento, durante a qual o custo de produção da gasolina era menor do que a produção de álcool. Assim, era mais vantajosa a produção de açúcar para exportação, situação alterada posteriormente.

A modernização, considerada conservadora por Silva (1981), pautou-se pela intervenção direta do Estado no projeto, desenvolvimento e aplicação, além da implementação de legislações e dispositivos específicos. Na prática, as alterações na base industrial acentuaram o processo de extinção de unidades produtivas, projetos de fusão (das menores pelas maiores) e exclusão do fornecimento de cotas de produção de açúcar ao Instituto do Açúcar e do Alcool daquelas que não atingissem o padrão mínimo esperado<sup>4</sup>.

Em relação à questão fundiária, Palmeira (1989) indica que as estruturas das propriedades não foram alteradas, e aumentou-se a concentração e as disparidades de renda. Como resultado, ocorreu a intensificação do êxodo rural e o impulsionamento da taxa de autoexploração dos trabalhadores. Além disso, o aumento da mecanização da atividade agrícola, com uso de insumos químicos e maquinários, intensificou as ambiguidades nas relações entre capital-trabalho.

Na região de Campos, os projetos desenvolvidos pelos militares, implementado pelo IAA e adotados pelos usineiros, tiveram efeitos práticos na degradação das condições de vida e trabalho. Com a introdução de máquinas de carregamento, transporte e esmagamento da cana, os meses de safra foram encurtados: de 7 a 8 – de maio a dezembro –, para 3 a 4, sendo que, entre 1977 e 1985, o número médio de dias efetivo de moagem reduziu-se para 117 (Neves, 1997). Assim, com a redução do tempo, os trabalhadores intensificavam o processo do corte da cana, cujo ganho era por produção, para atingir o mínimo suficiente para subsistência. Intensificar a jornada do corte, por consequência, degradava a condição física e psicológica desses trabalhadores diante do esforço

despendido na atividade<sup>5</sup>. Ademais, a introdução das máquinas diminuiu a mão de obra empregada e incrementou o desemprego, favorecendo a penúria.

Essas questões se tornaram mais graves com o fracasso das políticas no final da década de 1970, que não atingiram os resultados esperados<sup>6</sup>. O processo de decretação de falência das unidades, mesmo com os esforços, investimentos e políticas destinadas ao setor, modificou as relações de trabalho, impulsionando demissões, trabalho clandestino, venda de fazendas, expulsão de trabalhadores-moradores, roubo na balança etc., intrínsecos ao setor. Em síntese, houve um processo gradual de perecimento que reorganizou as oposições e reações sindicais, discutidas no próximo tópico.

---

<sup>4</sup> Conforme a Lei nº5.654, de 14 de maio de 1971, em seu artigo 1º, era estabelecida “em cem milhões de sacas de 60 (sessenta) quilos o limite global das cotas oficiais de produção de açúcar das usinas do País”. Além disso, havia, em seu terceiro artigo, a exclusão pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) das usinas “que tenham paralisado sua atividade industrial durante três (3) safras consecutivas, a partir da safra 1968-69”, engendrando um processo de extinção das pequenas unidades e uma consequente realocação daqueles fornecedores de cana.

<sup>5</sup> Em Campos dos Goytacazes, a cana era cortada através de duas formas, que permanecem atualmente: a cana queimada e a crua. A queimada costuma ser utilizada para facilitar o corte e aumentar a produtividade, pois economiza tempo na retirada das folhas e das palhas da cana, somando-se a isso o grande número de acidentes ocasionados pela folha cortante; além disso, a queima do canavial impede o acidente com animais peçonhentos presentes em toda lavoura. Apesar da queima do canavial servir para facilitar o corte, a fuligem e o calor não absorvidos pelo solo completamente são altamente prejudiciais para a saúde dos canavieiros. As fuligens causam problemas respiratórios e podem agravar quadros como bronquite, sinusite, asma e causar inflamações. O calor do solo, somado às altas temperaturas nos canaviais e o excesso de roupas utilizadas como equipamentos de proteção individual, leva os trabalhadores à desidratação.

<sup>6</sup> Neves (1997b, p. 33-34) indica que: “Os significados da política de crédito – oferecida como um mecanismo de compensação pelos preços ‘baixos’ e pela forma de redistribuição de parte da renda gerada pelo setor – constituíam, segundo tais usineiros, um dos fatores do endividamento crônico das usinas, da dependência deles em relação às instituições governamentais, colocando-os em ‘situação de eterna penúria financeira’. Os juros subsidiados não compensavam os preços baixos e não impediam a falta de liquidez das empresas, que se encontravam limitadas quanto às alternativas de expansão da produção e da produtividade”.

## ***Dos efeitos da modernização à reorganização sindical***

Consoante ao abordado acima, os incentivos fiscais concedidos aos usineiros para modernização da agroindústria, aliados à manutenção da estrutura fundiária, foram insuficientes para o cumprimento das metas planejadas. O insucesso das políticas modernizantes em Campos dos Goytacazes é analisado detalhadamente por Neves (1997). Sua pesquisa evidencia um caleidoscópio de razões pelas quais os empréstimos e as compras de maquinários não significaram a conquista dos objetivos.

Deve-se considerar que a política implementada pelo Estado e pelos órgãos consultivos, apesar de baseados nos interesses capitalistas dos proprietários, nem sempre corroborava com as realidades regionais. A implementação do Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira do Estado do Rio de Janeiro ampliou o parque industrial, mas não melhorou o rendimento industrial e agrícola. Apesar do potencial, as usinas apresentavam “ociosidade da ordem de 48% e as destilarias de 62%” (Neves, 1997, p. 194). Ao concentrar as fábricas de processamento, aumentou-se a distância das fazendas e o tempo de transporte, levando à perda da sacarose e à redução do aproveitamento, não recompensados pelo aumento da lavoura.

A absorção de pacotes tecnológicos, a concessão de empréstimos a juros baixos e a compra de maquinários importados entrou em conflito com fatores estruturais

da região, sejam eles fundiários, econômicos ou trabalhistas. A modernização industrial, responsável pela transformação da matéria-prima em produto – álcool e açúcar – não se reproduziu igualmente na parte agrícola, sem expansão considerável das áreas de plantio, cujo processo de colheita se manteve manual.

O descompasso entre a parte técnica do processamento e da colheita envolvia os cálculos econômicos de custo benefício entre mão de obra humana e tecnológica. As máquinas realizavam cortes desfavoráveis ao aproveitamento e replantio da cana e eram incapazes de acessar áreas com maiores desníveis do solo ou terrenos pedregosos. O desperdício produzido pelos processos de mecanização do corte inviabilizaria a produção em larga escala. Os canavieiros, por outro lado, a cortavam rente ao solo e acessavam todos os espaços das propriedades, tornando-se, em relação à máquina, mais vantajosos.

As limitações humanas impossibilitavam o alcance do ritmo esperado pelas usinas, impulsionando o quadro de superexploração do trabalho e reação dos trabalhadores aos novos contextos. O processo se agravou com a baixa expansão média da cultura da cana nos anos entre 1972 e 1985, exemplificando, novamente, o desequilíbrio entre o processo de modernização e a alteração agrícola.

Outros fatores incidiram para a baixa lucratividade, como o aumento dos custos da produção, repassado pelos fornecedores às usinas; alto custo das peças de manutenção e reposição; combustível dos

maquinários cujo preço ultrapassavam a inflação e levavam à defasagem no preço da cana; limitação da comercialização do mercado externo; maior capacidade industrial e agrícola das áreas concorrentes a Campos, especificamente São Paulo; as dificuldades enfrentadas pelo IAA para manutenção dos juros subsidiados etc. As transformações internacionais do setor sucroalcooleiro agravaram esse quadro, com a queda do açúcar, que ocorreu a partir de 1975 (Ramos, 2007).

Soma-se aos fatores econômicos as práticas de classe que levaram à defesa intransigente da propriedade privada e dos bens, exacerbadas em momentos de crise. Nesse ponto, cabe discutir que a insolvência das usinas não significava a pobreza dos usineiros, beneficiados por anos pelo aumento do seu patrimônio, nem ocorreram simultânea e igualmente em todas as unidades produtivas. O discurso da “quebra” poderia ser acionado, ademais, para obter o perdão das dívidas; créditos suplementares para aplicação em outros investimentos; intervenção do Estado para cobrir a incapacidade de gerência da atividade ou terceirização das responsabilidades para acúmulo de capital.

Os usineiros foram, ao longo dos anos, beneficiados com empréstimos para aumento da produtividade e competitividade, além dos repasses e custeios fixos, promovidos pelo IAA. Nos momentos de instabilidade, os usineiros recorriam novamente aos órgãos públicos e a eles atribuíam culpa. Um exemplo deste argumento é presente na mídia, quando um “usineiro

que passa fome vai à praça protestar” supostamente aguardava o repasse dos recursos do IAA para pagamento dos salários atrasados (Usineiro..., 1985).

*A usina diz que vai pagar logo, dependendo apenas de recursos a ser liberados pelo IAA, que por sua vez, garante que não tem verba nenhuma a repassar. E, então, como fica? Quem, afinal, se responsabiliza pela fome dos trabalhadores?, desabafou Eraldo Lirio de Azevedo (Usineiro..., 1985).*

Há de se considerar que a publicização das dificuldades econômicas e a posterior decretação de falência das usinas constroem um cenário que justificava, do ponto de vista patronal, o atraso dos salários e a ausência de pagamento das verbas rescisórias dos trabalhadores. Com a insolvência reconhecida pelo Estado, os trabalhadores só teriam acesso aos direitos judicialmente, especialmente se o IAA promovesse a intervenção nas usinas. Esses processos poderiam se arrastar por anos, intensificavam a pobreza dos canavieiros, estimulavam acordos desfavoráveis ou abandono das causas. Exemplos dessa estratégia foram amplamente registrados pelos jornais e combatidos pelos trabalhadores, que traçaram outras alternativas, como a luta pela desapropriação e formação de assentamentos (Tavares, 2022).

Diante desse cenário, durante a década de 1980, os trabalhadores se mobilizaram para exigir direitos, reivindicar atenção do Estado e exigir mudanças significativas. Àquela altura, cerca de 70 mil pessoas eram empregadas no parque açucareiro, entre homens, mulheres e crianças (Ribeiro

ro, 1987). Destes, a maioria era considerada “boia-fria”, trabalhadores assalariados contratados durante a safra, sem registro formal e/ou ligado a empreiteiros, portanto, sem a compreensão dos efeitos do trabalho clandestino naquele momento, não é possível explicar a greve de 1984.

Antes de especificá-lo, faz-se necessário discutir o árduo ritmo de trabalho nos canaviais no recorte analisado. Conforme indicam os estudos de Neves (1989), a média de corte por trabalhador era, na década de 1980, de até três toneladas por dia. O trabalho, executado por repetitivos golpes com o podão bem rente ao solo, exigindo a curvatura da coluna cervical, frequentemente ocasionavam dores e câimbras nos trabalhadores. Laat (2010) descreve, meticulosamente, como são realizados os movimentos, e afirma que, após uma jornada de oito horas, “o trabalhador poderá ter executado de 10.000 a 12.000 movimentos do membro superior”, indicando ainda que “há uma movimentação simultânea da coluna vertebral, especialmente dos segmentos lombares e cervicais, bem como da articulação do ombro” (Laat, 2010, p. 58).

O esforço era realizado por todos os trabalhadores, de diferentes gêneros e faixas etárias, majoritariamente de forma ilegal; portanto, a clandestinidade do trabalho

aplicava-se a todos, mas com predominância das mulheres e crianças, principalmente pelo menor salário pago a eles<sup>7</sup>. O trabalho era realizado sem vínculos empregatícios formais, logo, sem assinatura na carteira de trabalho, ou seja, não contribuíam para previdência social e, consequentemente, não possuíam direito a férias, 13º salário, descanso remunerado e outros direitos trabalhistas.

O pagamento dessa categoria era acordado diretamente com o administrador da fazenda ou empreiteiro. As empreiteiras constituíam empresas juridicamente registradas, que, através da figura do empreiteiro<sup>8</sup> (podendo ele mesmo ser o dono, sócio ou contratado), aliciava a mão de obra local, nacional, e contratava para prestação dos serviços nas usinas ou fazendas particulares de plantadores de cana.

No formato da empreitada, a classe patronal se abstinha da responsabilidade e encargos trabalhistas, sendo todos condicionados à empresa contratada pela usina. Os direitos, entretanto, não eram pagos, e os trabalhadores sofriam com constantes ameaças e exploração, encontrando dificuldades para reivindicar na justiça seus direitos.

*O “dono de firma” é o responsável jurídico, aquele que estabelece o con-*

<sup>7</sup> Segundo reportagem do jornal (Distorções..., 1977), o trabalho das crianças era remunerado em, aproximadamente, em CR\$ 3,00 por dia, CR\$ 20,00 para as mulheres e CR\$ 40,00 para os homens, executando as mesmas tarefas.

<sup>8</sup> As discussões sobre o papel do empreiteiro e o detalhamento dos contratos de trabalho foram analisados por Tavares (2021, 2022, 2022a).

*trato geral para a safra e que ganha no contrato de cada usina. Também é aquele que retém indevidamente a soma correspondente aos encargos sociais pagos pela usina para parte dos trabalhadores que são "contratados". Algumas vezes manipula esse capital em forma de "prêmios de incentivo", mas numa soma que jamais corresponde à conta no papel, do valor real devido. Em geral, são figuras com estigma de "corruptos" ou de "caráter pouco recomendável" segundo a opinião pública local" (Ribeiro, 1987, p. 188).*

Desta maneira, no final da safra os trabalhadores submetidos à figura desses agentes se encontravam desamparados, principalmente pela impossibilidade de comprovação da prestação de serviço ao usineiro, causado pelas diversas estratégias de dominação. Havia preocupação coletiva entre os trabalhadores, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (STRC) e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FETAG-RJ), com o destino e o desrespeito para com eles.

As insatisfações e o clima favorável de redemocratização permitiram que a Contag promovesse o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em 1979, com objetivo de unificar o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) e obter conquistas a partir da luta conjunta, tendo a Reforma Agrária como uma das pautas principais. Medeiros (1989) demonstra que:

*Além da reforma agrária, o encontro reivindicava o cumprimento da legislação trabalhista, visto que se constatava que 80% dos trabalhadores do campo sequer tinham*

*carteira assinada, garantia aos trabalhadores rurais dos benefícios previdenciários que a legislação assegurava aos urbanos, incentivos às culturas dos pequenos produtores etc. (Medeiros, 1989, p. 116).*

A greve de Pernambuco, em outubro de 1979, pode ser compreendida como reflexo do esforço organizativo do complexo Contag a partir desses encontros, que tinha como característica a estrutura vertical, passando pelas federações estaduais e chegando aos sindicatos regionais. A greve pernambucana, planejada dentro da lei de greve, permitiu que a confederação tivesse, no movimento, um laboratório posteriormente replicado em todo o país, com dois elementos principais: "a articulação da ação a partir da confederação e a luta respeitando os parâmetros legais" (Medeiros, 1989, p. 125). Logo, durante os anos 1980, as lutas por condições salariais e o cumprimento da legislação foram acentuados e desenvolvidos pela confederação, articulando os níveis estaduais e locais, onde o confronto ocorria. Evidentemente, essa tendência das greves legais não foi unânime, como os casos de Guariba e Campos demonstraram.

Ademais, em 1980, ocorreu o 1º Encontro Nacional dos Assalariados, organizado pela Contag e realizado em Carpina (PE). Nele, foram discutidas e aprovadas as diretrizes da luta unificada de 1981 para instaurar a Convenção Coletiva do Trabalho, unificando a categoria através de uma data base estadual (anteriormente realizada em diferentes momentos), favorecendo a campanha salarial (Ribeiro, 1987).

A partir desses – e outros – espaços e propostas, o MSTR incentivou uma postura mais combativa para o cumprimento da legislação, questionando, mas não abdicando, os resultados obtidos na justiça do trabalho. As decisões do congresso foram somadas à luta do STRC, principalmente pela possibilidade de manter a forma de luta – legalista –, mas obtendo apoio externo e multiplicando as conquistas.

Apesar de ressaltarmos os aspectos internos do movimento sindical dos trabalhadores rurais, esse também sofreu influência dos movimentos urbanos. Nos últimos meses da década de 1970, as práticas de tortura e o aparato burocrático-institucional de vigilância, implementados pela ditadura, não foram capazes de conter os industriários. Logo, a greve dos metalúrgicos no ABCD Paulista contribuiu para reorganização do sindicalismo brasileiro, reorganizando as bases políticas e requerendo reformas em diversos setores.

A emergência do “novo sindicalismo” afetou, em diferentes escalas, a estrutura dos sindicatos rurais, inclusive na composição das chapas para as eleições. A atuação do departamento rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 1983, e a disputa com a Contag é um dos exemplos. Corroboramos com a hipótese de Abramo (1999) de que o movimento, para além das reivindicações por melhores remunerações e condições dignas de trabalho, influenciou o debate acerca do resgate da dignidade, respeitos e limites violados pela relação entre capital e trabalho. Neste sentido, os trabalhadores das fábricas e os canavieiros de

Pernambuco, Guariba e Campos dos Goytacazes não apenas reclamavam a consumação dos direitos previstos na CLT, mas delimitavam seus limites, professavam sua indignação e retomavam o papel de protagonista da história.

Dessa maneira, a greve de Campos se inseriu em contextos de possibilidade de transformação pela união dos canavieiros – e da classe trabalhadora – de todo o país, aliados às entidades representativas, líderes sindicais e políticos da região, articulados na defesa pelas transformações. Inspiraram-se nas vitórias obtidas no ABCD, Pernambuco e Guariba, essas duas últimas consequências do trabalho realizado pela confederação e a coragem dos trabalhadores, cientes dos riscos e das possibilidades de repressão.

### ***A caminho da greve de 1984***

Discutiu-se acima a relevância da articulação do movimento sindical para reorganização das bases dos canavieiros no período de redemocratização. A inserção de novos atores e as mudanças políticas no sindicalismo (urbano e rural) modificaram a atuação do STRC, suas relações com os canavieiros, e do universo das usinas. Até aquele momento, o sindicato campista estabelecia com seus associados uma relação ambígua, pois, ao longo dos anos, atuou dentro dos limites formais e da esfera jurídica, opondo-se ao confronto direto com os patrões. Essa linha de atuação levou a acusação por parte da oposição, de “legalistas” (Ribeiro, 1987).

A acusação ou defesa das ações dos STRC não são nossos objetivos neste artigo, mas, deve-se considerar o contexto de repressão e intervenção dos sindicatos ao longo da ditadura, o que pode contribuir para o entendimento dos limites de atuação. As atividades sindicais conviviam com a constante possibilidade de intervenção, perseguição, prisão e assassinato dos líderes. O clima político favorável e o desencanto coletivo com as lutas na esfera trabalhistas – ocasionado pelas relações entre a classe patronal e a justiça, cujas decisões dos processos favoreciam os patrões<sup>9</sup> – permitiu maior mobilização e transformação dos modos de luta do sindicato campista, aderindo às experiências grevistas de outros locais, enviando representantes para aprender as etapas da greve, como mobilizar os trabalhadores, as possibilidades de negociação etc.<sup>10</sup>

Sofreram, ademais, influências das greves realizadas pelos metalúrgicos no ABCD Paulista, cujo sindicalismo auxiliou na reformulação das propostas e formas de luta no campo. As percepções sobre a violação da dignidade, o senti-

mento de injustiça e exclusão social foram compartilhados por esses setores. Os discursos, as palavras de ordem e as exigências indicam a convergência da necessidade de reestabelecer as fronteiras entre o aceitável e inaceitável, silenciadas outrora pela repressão. Em síntese, possibilitaram o confronto, pautados em experiências bem-sucedidas.

Ao longo de 1984, o STRC e FETAG/RJ promoveram diversos encontros para conscientizar e atualizar os trabalhadores das lutas existentes em outras regiões. Apesar da influência da estrutura sindical, os canavieiros também agiam de forma autônoma em seu cotidiano. Infere-se, a partir das análises das fontes de jornais, revistas e bibliografia<sup>11</sup>, a construção do problema até o momento de deflagração e a constante tentativa dos trabalhadores e do sindicato em transformar as relações com o usineiro/fazendeiro através do diálogo. Como indica Gonçalves (2019) e os jornais analisados, os trabalhadores apresentam a greve como uma resposta à conjuntura nacional e regional de desemprego, aumento dos gêneros alimentícios,

<sup>9</sup> O exemplo do Dissídio Coletivo, de 1981, analisado por Ribeiro (1987) demonstra a posição dos juízes frente às demandas dos trabalhadores, além da articulação da justiça com a classe patronal.

<sup>10</sup> Carriço (2020) demonstra, através da entrevista com Maria do Carmo, uma ex-funcionária do Sindicato de Araripina entre 1971 e 1982 e da Fetape, entre 1982 e 1990, que durante o período da ditadura as reuniões sindicalistas envolviam sindicatos de outras regiões, inclusive os de São Paulo e Campos, hospedando-se nos centros de Carpina e Ribeirão. Isso demonstra a integração do sindicalismo de Campos com outras regiões, bem como o interesse em compreender a situação geral e aproveitar as experiências e oportunidades, reforçando a tese da presença de sindicalistas campistas na greve de 1979, sob influência da Contag para aprender os trâmites legais e a manter a greve.

<sup>11</sup> Entre as produções analisadas que corroboram com a hipótese da construção do problema, destacamos: (Campos..., 1984) e Centro Ecumênico de Documentação e Informação (1985).

ausência de direitos trabalhistas e desencanto com os processos.

A concepção de resistência apenas em momentos de grandes eventos não se mantém coerente após a análise e comparação das fontes. Em maio de 1984, foram realizadas destruição das plantas e saques, confirmando, também, as ações realizadas fora do sindicalismo oficial. Os trabalhadores, ao longo de todo o ano, exemplificaram sua coragem, exacerbada durante a paralisação, exponenciando o que a unificação da classe conseguiu almejar. Conforme noticiado:

*O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, Manoel Francisco Pereira, disse que os bóias-frias fluminenses, aproximadamente 60 mil na região canavieira, andam muito insatisfeitos e já deram mostras do seu estado de espírito, fazendo saques e destruindo plantações, em sinal de protesto contra a exploração que vêm sofrendo no campo (Campos..., 1984).*

O momento de deflagração se realizou fora da lei de greve, criada para ser uma lei “antigreve”<sup>12</sup>, cujas bases já haviam sido construídas e desenvolvidas pelos trabalhadores e sindicato desde antes do I Encontro dos Canavieiros do Estado do Rio de Janeiro, em 22 de julho. Essa hipó-

tese é corroborada por Gonçalves (2019) ao mapear um panfleto de uma reunião do dia 28 de junho, localizada no Ginásio do Americano Futebol, organizada pelo Sindicato, Federação e Confederação.

Ademais, a conscientização das lutas iniciou meses antes, inclusive com a participação do STRC nas greves de Pernambuco, naquela época experiente na realização de paralisações, como já mencionado. Ao longo de dois meses, a preparação para o encontro foi orientada pelo modelo da Contag, através da Fetag e dos STR. Os líderes sindicais iam às casas, demonstrando as conquistas que poderiam ser obtidas e o resultados obtidos em outros locais, como espelho para o Rio de Janeiro. A despeito das críticas ao modelo de sindicalismo da Contag, que, segundo seus opositores, não contemplavam a ação pelas bases, a preparação do evento é pautada justamente na necessidade da presença e engajamento do trabalhador.

Além disso, o episódio fortaleceu as alianças políticas regionais e locais, extra e intra STR. Como exemplo, contaram com a presença do bispo de Campos, Dom Carlos Alberto Navarro, ligado ao setor mais

<sup>12</sup> A Lei De Greve é regulada pelo nº 4.330, de 1º de junho de 1964, na forma do artigo 158 da Constituição Federal. Para a regulação da paralisação dentro de seu formato, diversas etapas eram necessárias, entre elas, assembleias gerais com 2/3 dos associados em primeira convocação e na segunda, 1/3, previamente publicada em jornais da região e com pautas definidas; antecedência mínima de 10 dias entre o encontro a publicação do chamado; os votos deliberativos que necessitavam da presença de um membro do Ministério Público do Trabalho, designado pelo Procurador Geral do Trabalho em casos de greve. Essas, entre outras estratégias, foram criadas como mecanismos para impedir o livre acesso à sindicalização em momentos de ditadura. Através da pressão, os canavieiros se mantinham distantes das lutas nessa esfera.

progressista da Igreja Católica, em oposição ao seu antecessor religioso, ligado à Tradição, Família e Propriedade (TFP), com histórico de ataques e oposição às lutas por Reforma Agrária em Campos. Segundo O Fluminense, o bispo foi convidado para “dar sua bênção para que sejam encontradas as melhores soluções num prazo breve pelos caminhos da paz, do entendimento e fraternidade” (Bóias-fias..., 1984a).

As reivindicações eram relacionadas aos direitos trabalhistas e a melhoria nas condições de vida, sendo elas: mudanças nos valores relativos ao pagamento da cana (irrigada, cana crua, cana queimada); fim da figura do empreiteiro – solicitando contratação direta com a empresa; melhorias no transporte; aumento do salário mínimo da categoria; direito à efetiva representação sindical; fim do pagamento em crédito; fornecimento de recibos de pagamento; remuneração nos dias de chuva, desde que o trabalhador comparecesse, e equipamentos de proteção individual adequado.

Consideramos, a partir das fontes analisadas, que o primeiro encontro dos Canavieiros, realizado no dia 22 de julho, é o marco inicial para encaminhamento da greve. O encontro contou com a presença de vários setores e de José Francisco, então presidente da Contag, para unificar, estruturar a luta e debater a possibilidade de uma greve a ser construída posteriormente. A greve não é decretada naquele instante, pois o objetivo principal era discutir as cláusulas a serem encaminhadas ao sindicato patronal. No entanto, prepararam-se para uma possível recusa e

construíram alianças políticas caso não houvessem soluções.

Deliberou-se, no dia 22 de julho, o prazo até o dia 29 para atendimento das demandas ou início das negociações, somadas à pressão que deveria ser exercida pelo STRC e entidades representativas, informando sob o risco real de paralisação. Os trabalhadores, através do Sindicato, procuraram negociar com os patrões desde antes do dia 29, possivelmente acreditando que a própria demonstração de interesse na greve fosse suficiente para coagir os patrões e fazê-los sentar à mesa para estabelecer as negociações sem uma ruptura brusca. Isso não ocorreu.

O argumento é corroborado por Jose Sales, suplente da diretoria do STRC no período. Como explicou, a greve não fora deflagrada na grande assembleia do dia 22, mas no dia 29, que era o momento “para ter resposta dos patrões, se eles realmente tinham atendido à nossa reivindicação” (Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1985, p. 64). Conforme apontou Gonçalves (2019), não só os trabalhadores sabiam das conquistas das greves em outros estados, como José Sales reforça o respaldo de Pernambuco e São Paulo, o que informava aos trabalhadores a importância daquele momento.

Os patrões, seja por considerarem ilegítimas as reivindicações ou por argumentarem a impossibilidade da equiparação a Guariba, não acordam uma negociação. Desse modo, reunidos no dia 29, no Automóvel Clube, cerca de 4 mil trabalhadores, representando oito sindicatos da

região Norte Fluminense, optam pela greve a partir da meia-noite. Nos momentos seguintes, 11 usinas paralisaram quase totalmente, sendo elas: São João, Santa Cruz, São José, Tocos, Baixa Grande, Novo Horizonte, Cupim, Queimados, Barcelos, Cambaíba e Poço Gordo.

*Os 100 mil canavieiros que trabalham em oito municípios do norte-fluminense decidiram entrar em greve a partir de hoje. Vão permanecer em greve até verem atendidas as suas reivindicações. O movimento dos boias-frias está coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e pela Federação Nacional da categoria. Na assembleia realizada ontem no Automóvel Clube Fluminense, em Campos, estiveram presentes mais de 4000 canavieiros, que aprovaram por unanimidade a paralisação da categoria. Após vários meses de negociação, os boias-frias da região Norte-Fluminense elaboraram um documento que foi entregue aos usineiros com as reivindicações mínimas da categoria (Em greve..., 1984).*

A greve decretada paralisou, diretamente, 30 mil, e indiretamente, 100 mil trabalhadores. Como reivindicação, exigiam: redução do corte de sete para cinco linhas; pagamento de Cr\$ 1.740,00 por tonelada de cana cortada; Cr\$ 60,00 por metro linear para cana comum; Cr\$ 160,00 para cana irrigada; assinatura da carteira de trabalho direto pelo empregador; fim das empreiteiras; transporte seguro e gratuito; fornecimento de ferramentas; comprovante de produção; remuneração e pagamento nos dias de chuva baseado na média.

Apesar de a assembleia do dia 29 ter reunido oito sindicatos da região, os gre-

vistas esperavam o apoio dos sindicatos de São João da Barra, Macaé, Conceição de Macabu, São Fidélis, Bom Jesus, Cabo Frio e Itaperuna, que contavam com uma destilaria de álcool.

As negociações entre a classe patronal e os trabalhadores deveriam ter iniciado no dia 30, mas, pela ausência do delegado do Trabalho, Pedro Correa Neto, foram adiadas para o dia 31. O delegado não pode comparecer, pois havia sido deflagrada a greve dos metalúrgicos (Greve..., 1984).

*A mesa-redonda marcada para as 14 horas de ontem na Subdelegacia Regional do Trabalho, não foi realizada e, segundo o subdelegado Afonso Soares Barbosa, porque o delegado regional, Pedro Corrêa Neto, não pôde sair do Rio, devido à greve deflagrada pelos metalúrgicos. Apenas compareceram à reunião o presidente do Sindicato Rural, Célio Manhães Wagner e uma comitiva do Sindicato dos Trabalhadores (Greve..., 1984).*

Junto a eles, participariam da reunião na Subdelegacia do Trabalho de Campos, o secretário estadual do Trabalho e Habitação, Luis Paulo Machado, e o secretário Carlos Alberto de Oliveira (Canavieiros, 1984). Mesmo diante de todos os indícios da paralisação caso não houvesse negociação com os usineiros, os trabalhadores ao chegarem para reunião no dia 30, na subdelegacia do trabalho, surpreenderam o subdelegado Afonso Barbosa e Célio Wagner, presidente do Sindicato Rural, que representava os fornecedores de cana. Segundo a fonte analisada, o subdelegado teria perguntando “Eles estão em greve?”, alegando que “não pode

haver paralisação, pois estamos em negociação” (Greve..., 1984).

*Quando os bóias-frias chegaram à sede da subdelegacia, numa sala de despachos, estavam o subdelegado Afonso Barbosa e Célio Wagner, que ficou surpreso quando soube que havia greve. “Eles estão em greve?” – perguntou ele, acrescentando que “não pode haver paralisação, pois estamos em negociação” (Greve..., 1984).*

Manoel Francisco Pereira<sup>13</sup>, combativamente, teria respondido: “Não podemos bancar o avestruz e esconder a cabeça, pois o problema é sério e tem que ser resolvido com urgência” (Greve..., 1984). Após a anuência da paralisação no dia 29, o que demonstram as fontes e os discursos dos sindicalistas é o retorno às atividades apenas quando tivessem garantias do cumprimento das exigências, pois a fome dos trabalhadores não esperava. Mesmo com o adiamento da reunião, permaneceram mobilizados no sindicato, contando com apoio da Contag e da FETAG/RJ. José Francisco, ao conceder entrevista, alertou que “se o adiamento foi uma tática, os usineiros erraram, pois, a greve vai continuar ainda mais forte” (Greve..., 1984).

Célio Wagner, representando o interesse de sua classe, considerou absurdo o pagamento de Cr\$ 1.740 por tonelada de cana cortada, “admitindo que os fazendeiros e usineiros da região não dispõem

de recursos para isso, adiantando que é possível uma melhoria”. Apesar de considerar absurdo o salário proposto pelos trabalhadores, silenciou-se quanto à questão das empreiteiras, considerando “de estrita competência dos usineiros” (Greve..., 1984). Evidentemente, não poderia se posicionar contra essa forma de contratação, pois favorecia o lucro da classe patronal, isentava de responsabilidades, aumentava a exploração e dominação dos canavieiros, além de também utilizarem daquele serviço.

O silêncio de Célio Wagner sobre as empreiteiras é contraposto à fala do presidente do STRC, Manoel Francisco Ferreira, ao denunciar as estratégias das empreiteiras para não pagar os direitos trabalhistas após a safra. Segundo ele, as empresas decretavam falência e retornavam no início da safra seguinte com outro nome.

*Ao final das safras, diversas empreiteiras abrem falências só para não pagar os direitos dos trabalhadores, entre os quais a empresa Pau-Ferro. - No ano passado, segundo ele, a firma JB Azevedo abriu falência e, este ano, voltou com outro nome (Serv-Solo), que tem Geronso Braga de Azevedo e um tal de “Nilzão” como proprietários (Greve..., 1984).*

Ao longo de toda safra, humilhações constantes, sobrecarga da jornada de trabalho, perda de peso, desgaste físico, emocional, acidentes de trabalho e o medo

<sup>13</sup> Presidente do STRC.

do desemprego no restante do ano. No término, a demissão sem direito algum, “uma mão na frente e outra atrás” e o medo da fome por sete meses.

Desse modo, a greve permitiu maior visibilidade das circunstâncias na imprensa. Possibilitou ao sindicalismo – e sindicalistas – potencializar e divulgar questões e questionamentos pouco dimensionados pela mídia em momentos de “normalidade”. Isso é, existiu a possibilidade de construir uma narrativa favorável aos seus interesses, demonstrando o lado ruim daqueles que se diziam portadores de valores patrióticos, responsáveis pelo desenvolvimento econômico da nação, como os usineiros.

A publicização da miséria poderia impactar o público leitor do jornal, ao perceberem naquelas famílias tradicionais da região a associação ao trabalho em condições análogas à escravidão, atraso de salários e humilhação dos mais pobres. Não são denúncias vazias de importância política e contribuíram para a negociação e vitória do movimento: o sindicalismo compreendia a disputa de narrativas presentes no campo político. Bourdieu (1989) considera que o conhecimento do mundo social e das categorias que os tornam possíveis estão em jogo na luta política, sendo, ao mesmo tempo, teórica e prática, contestando o poder de conservar ou transformar o mundo social, através de categorias de percepção sobre ele. Logo, tornar público, objetivado, visível e dizível o que não é uma experiência coletiva ou conhecida por todos é uma das ferramentas da luta de classe. Ela ocorre, também,

através da produção simbólica, da construção e difusão do discurso.

Por isso, considerar os pronunciamentos dos grevistas apenas como denúncias pautadas na indignação retira o caráter reflexivo e estratégico do movimento. Esses trabalhadores eram, ademais, assessorados por profissionais de diversas áreas, qualificados para auxiliar na construção de opiniões que angariassem apoio: a própria vivência sindical e o entendimento dos processos políticos permitiam essa articulação. Como exemplo, a entrevista de Eraldo Lírio ao jornal Última Hora indicou, mais do que denúncias, um apelo ao público ao abordar o trabalho infantil, a sobrecarga das mulheres e os transportes indevidos. Segundo o presidente da FETAG/RJ:

*Crianças de 10 anos de idade trabalham como adultos, recebendo de Cr\$500 a Cr\$1 mil por dia. As mulheres, até mesmo grávidas, executam serviços pesados e sua remuneração varia de Cr\$1 mil a Cr\$2.500 por dia. Os trabalhadores são transportados em carros de carregar gado, sem qualquer higiene ou segurança. Os desmandos dos patrões fazem parte do dia a dia (Canavieiros..., 1984a).*

Retornando à organização grevista, a partir da meia-noite e ao longo do dia 30, os sindicalistas percorreram fazendas, mobilizaram trabalhadores, atualizaram as notícias e reforçaram a importância da unidade. Realizaram, ainda, piquetes para impedir o desembarque nas lavouras, ameaçando incendiar ônibus e caminhões que transportavam os trabalhadores moradores das favelas próximas. Os piquetes foram estrategicamente posicionados nas

pontes que cortam o Rio Paraíba do Sul, que liga Campos a Guarus, nas entradas e saídas de favelas próximas e nas principais estradas de acesso aos canaviais.

*Os piquetes de greve começaram a ser formados desde a zero hora de ontem, com o deslocamento de viaturas para os pontos estratégicos: as pontes que cortam o Rio Paraíba do Sul, as entradas e saídas das favelas em torno da área urbana de Campos e nas principais estradas que dão acesso aos canaviais (Reunião..., 1984).*

Diferente de Guariba, no primeiro dia da greve, não houve nenhuma repressão. O único incidente registrado foi a presença de dois camburões da Polícia Militar em Barcelos e Travessão, interessados em garantir a “proteção” daqueles que desajassem trabalhar. Após interferência dos advogados do STRC, a polícia liberou a área e deixou a negociação por conta dos próprios trabalhadores.

*O único incidente registrado foi em Travessão, distrito de Campos, onde a PM e dois **camburões** anunciaram que dariam proteção aos trabalhadores que quisessem iniciar as atividades do corte de cana. Após a interferência de advogados do Sindicato dos Trabalhadores, a PM se afastou do local, deixando os grevistas à vontade para convencer os **bóias-frias** que haviam saído de casa para o trabalho (Reunião..., 1984, grifo do original).*

Os usineiros se reuniram, na noite no dia 30, para avaliar a situação e as cláusulas

a serem negociadas na reunião do dia seguinte. A mesa-redonda iniciou, finalmente, no dia 31 de julho, às 8h30, na Subdelegacia Delegacia Regional do Ministério do Trabalho. Estiveram presentes cerca de 30 pessoas, como presidentes dos sindicatos, advogados, presidente da confederação e federação, além de Pedro Correia Neto e os representantes da agroindústria.

Os usineiros não aceitaram de forma pacífica a negociação e, inicialmente, tentaram boicotá-la, alegando que o sindicato não tinha competência legal, segundo o enquadramento, para representar os rurais, pois eram enquadrados como industriários. A argumentação foi deslegitimada pela observação do acordo não se referir à filiação previdenciária ou equivalentes.

Após cinco horas de negociação, firmaram acordo coletivo de trabalho, pondo fim à greve. Segundo entrevista de José Francisco, naquele momento, os trabalhadores começaram a ser libertar, alegando ser a carta de alforria dos canavieiros (Bóias-frias..., 1984b)<sup>14</sup>. Política e, simbolicamente, os trabalhadores rompiam com os grilhões, soltavam o grito preso desde 1964, demonstrando à classe patronal e à sociedade civil organização, decisão e capacidade de reflexão dos cortadores de cana.

As conquistas, ao menos na esfera legal, foram significativas para os canavieiros, especialmente pela tabela das tarefas do corte de cana e fim das empreiteiras,

<sup>14</sup> Segundo José Francisco: “Neste momento, começamos a nos liberar. É a nossa carta de alforria”.

que os favoreceria em futuras decisões judiciais. A demanda inicial, a redução do corte de sete para cinco ruas e o preço da tonelada também foram atendidas. O valor passou de Cr\$ 900 para Cr\$ 1.430, que proporcionaria um salário médio de Cr\$ 200 a Cr\$ 250 mil mensais para os homens. Além disso, conquistaram no plano legal: fornecimento de equipamentos de trabalho (como botas, luvas, macacão, podão); transporte seguro e gratuito; pagamento do 13º salário e dias parados por conta de chuva; assinatura da carteira de trabalho; extinção das empreiteiras; fornecimento de comprovantes contendo o nome do empregador a produção realizada, quantidade de tarefas executadas e os descontos.

Para os usineiros, a greve de 36 horas representou um prejuízo de 4 bilhões e 140 milhões de cruzeiros na receita. Além disso, as usinas deixaram de receber 100 mil toneladas de cana, que poderiam gerar uma produção de 180 mil sacos de açúcar. Segundo a diretoria do Sindicato da Indústria da Refinação do Açúcar do Rio e Espírito Santo e seu diretor, Antônio Evaldo Inojosa, perderam também cerca de 10 mil toneladas de cana queimadas nas fazendas e que não foram cortadas.

*Uma queda de receita da ordem de 4 bilhões e 140 milhões de cruzeiros. Este foi o saldo da greve de dois dias dos bóias-frias. As usinas neste período deixaram de receber cerca de 100 mil toneladas de cana, o que geraria uma produção de 180 mil sacos de açúcar (Bóias-frias..., 1984b).*

Percebe-se, portanto, que o esforço dos grevistas, ao menos legalmente, foi

concretizado com a assinatura do acordo. Além das conquistas relativas ao trabalho, o STRC pôde construir novas formas de luta, para além daquelas estabelecidas na justiça legal. Dessa forma, a greve de 1984 explode com a lei, mas é orientada e apoiada pela Contag e sua proposta de sindicalismo.

### **Considerações finais**

As mudanças nas relações de trabalho, legais ou práticas, são processos gestados e alcançados ao longo do tempo. Após a greve, percebe-se a resistência e a oposição dos usineiros, fazendeiros e empreiteiros em cumprir com o acordo, desafiando constantemente a lei e o valor da palavra escrita e “carimbada”. Desse modo, o retorno aos canaviais, no dia 1 de agosto, é marcado, em algumas fazendas, pela continuidade das práticas arbitrárias e pelo desejo de ocultar e desacreditar a conquista do movimento.

Não só as empreiteiras continuaram existindo, como houveram represálias àqueles que exigiam o cumprimento dos valores relativos ao corte da cana. O mês de agosto de 1984, após a primeira greve do período da redemocratização, foi pausado pelo risco de demissão, em outubro; e pela falta de cana, ocasionada pela estiagem que assolou a região por 6 meses<sup>15</sup>.

Com isso, além de lutar pelo cumprimento das demandas, a perda de 25 mil toneladas de cana, prejuízo aproximado em Cr\$ 36 bilhões para usineiros e plantadores, ameaçou a subsistência até o

Quadro 1. Demandas e conquistas da greve dos canavieiros (1984)

DEMANDAS	CONQUISTAS	VALOR CORRIGIDO SEGUNDO O IPCA (07/84-02/2022), ESTIMADO EM REAIS*
Redução do corte de sete para cinco linhas.**	Atendida completamente.	
CR\$ 1.740,00 por tonelada de cana cortada.	Cr\$ 1.430,00 por tonelada de cana cortada.	CR\$ 1.740,00 – R\$14,24 CR\$ 1.430,00 – R\$11,70
CR\$ 160,00 por metro linear de cana irrigada.	CR\$ 91,00 por metro linear de cana irrigada	CR\$160,00 – R\$1,31 CR\$91,00 – R\$0,74
CR\$ 60,00 por metro linear de cana queimada.	CR\$ 45,00 por metro linear de cana queimada	CR\$60,00 – R\$0,49 CR\$45,00 – R\$0,37
Comprovação das tarefas através de formulários ou fichas, contendo nome, quantidade, tarefa, metro linear ou tonelada.	Atendida completamente.	
Melhoria nos transportes (gratuitamente fornecidos).	Atendida completamente.	
Fornecimento de ferramentas e equipamentos de proteção individual.	Atendida completamente.	
Contratação direta pelo empregador e fim das empreiteiras.	Atendida completamente.	
Pagamento em dias de chuva, quando comprovado o comparecimento do trabalhador na fazenda.	Atendida completamente.	
Pagamento por divisão de tarefas.	Atendida completamente.	
Estabelecimento da data-base para reajuste de salários e condições de trabalho.	Atendida completamente.	

Fonte: (Usinas, 1984); (Greve por..., 1984); (Bóias-frias voltam..., 1984); (Demissão em massa..., 1984); (Além da carteira..., 1984); (Com acordo..., 1984).

\* Para contextualização do leitor, os valores relativos ao pagamento em cruzeiro, moeda vigente na época, foram recalculados por meio da calculadora do Banco Central para reais, tendo como referência o período de julho de 1984 a fevereiro de 2022. Para este cálculo, são observadas as tendências inflacionárias sobre o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

\*\* Quando o corte for realizado em locais de difícil acesso, com utilização de animais para transporte, será acrescido 30% sobre o valor em todas as modalidades.

início da próxima safra. Ainda mobilizados, os trabalhadores não excluía a possibilidade de uma nova greve, caso não fossem postas em prática, num prazo de oito dias, os valores e as condições acordadas (Demissão..., 1984).

A classe patronal não aceitou que os limites de sua autoridade fossem desafiados. Mesmo com o prejuízo causado pela paralisação de 36 horas e a consciência da força dos trabalhadores mobilizados, expuseram a cada momento sua capacidade de destituir medidas oficiais e legais. É possível que, para os usineiros e plantadores, a lei, os órgãos públicos de fiscalização e a própria mesa redonda do DRT fosse uma encenação, um modo para amenizar os conflitos sem acarretar mudança efetiva dentro das suas propriedades.

Isso significa que, ao longo de todo o período analisado, há, por outro lado, a mobilização da classe patronal frente aos avanços dos trabalhadores. Essas relações entre as classes são pautadas pela mobilização e enfrentamento. A classe patronal deve ser entendida, portanto, como ativa. As disputas pelo poder e pela manutenção da dominação são diárias, presentes em múltiplas esferas da vida social, estendendo-se além dos momentos grevistas.

Nessa lógica, atrapalhavam e adiavam

ao máximo as negociações, mas quando eram feitas, pretendiam as descumprir. A visão de mundo dos usineiros, ligada ao direito inalienável da propriedade, estabelecia conflito com o Estado, quando este intermediava ou legislava como a relação entre capital-trabalho deveria ocorrer nas usinas e fazendas.

Se, por um lado, consideravam o Estado um aliado do setor sucroalcooleiro quando eram fornecidos benefícios, créditos a juros subsidiados, isenção de impostos e outras vantagens fiscais, por outro, quando este intervinha ou defendia o interesse da classe canavieira, se tornava opositor. Não desconsideramos a hipótese de haver, entre os usineiros, quem considerasse os órgãos de fiscalização e o próprio Ministério do Trabalho como incapazes de confrontá-los abertamente. Eram relações ambíguas, pautadas no distanciamento e aproximação a depender dos benefícios em vista.

Mediante a isso, ao retornar o corte no dia seguinte ao acordo, os trabalhadores das fazendas Barra Seca e Abadia, da Usina São José; Fazenda Doce, da Usina Barcelos e Fazenda São João, da Usina São João foram comunicados que não teriam direito ao preço acordado. Como consequência, cerca de mil canavieiros paralisaram até às 11h, regressando apenas quando o

<sup>15</sup> Em São Paulo, no mês de agosto, os canavieiros das 21 usinas da região de Ribeirão Preto, cerca de 17.500 trabalhadores, além dos 8 mil apanhadores de laranja da região de Bebedouro, enfrentaram problema semelhante. O desemprego após o término da moagem, agravada pela seca há dois meses, gerou um grande problema social, com riscos de repetirem a greve caso não fossem indenizados corretamente (Usinas, 1984).

Sindicato entrevistou e o presidente Manoel Francisco sugeriu uma tolerância de oito dias para regularização das remunerações e medidas. Segundo entrevista concedida por Manoel Francisco, o prazo de oito dias, caso não fosse cumprido, inevitavelmente acarretaria uma nova greve (Nova..., 1984).

O processo de luta transformou a própria percepção dos trabalhadores sobre os direitos, complexificando a reflexão sobre seu papel no mundo e opondo-se às regressões das conquistas. Como resposta, intensificaram-se as ameaças e a exploração, além da tentativa, por parte da classe patronal, em esticar seus poderes e testar os novos limites.

Após a greve, os empreiteiros continuaram explorando os trabalhadores. Um deles, Rubens Gomes de Azevedo, de 40 anos, foi acusado de ameaçar, com um revólver Taurus 32, cerca de 60 trabalhadores da Fazenda Abadia, na Usina São José. Na ocasião, o empreiteiro, no início da jornada, afirmou que, em vez de pagar Cr\$ 45,50 por metro linear, pagaria Cr\$ 50,00 com metragem própria, onde a vara equivalia a uma média de 2 m e 20 cm. Essa estratégia, conforme já discutido, reduzia a remuneração e aumentava o número de toneladas cortadas devido à metragem errada, além de arbitrária ao acordo assinado, evidenciando, novamente, a distância entre a legislação e a prática cotidiana nos canaviais.

*Com um revólver Tauros 32, o empreiteiro Rubens Gomes Azevedo, de 40 anos, ameaçou cerca de 60 bóias-frias da Fazenda Abadia, na Usina São José, para que eles aceitassem o critério de pagamento do corte da cana, contrariando o acordo firma-*

*do terça-feira, por trabalhadores e usineiros. Ao invés de Cr\$ 45,50 por metro linear, o empreiteiro impôs o pagamento de Cr\$ 50,00, mas com metragem própria, utilizando vara de 2 m e 20 cm (Empreiteiro..., 1984).*

Os trabalhadores, ao discordarem da remuneração, arriscaram serem baleados, já que Rubens de Azevedo disparou a esmo contra os canaviais para coagi-los. Ainda, o primeiro trabalhador a reclamar, Jorge Luis Ribeiro, de 27 anos e pai de 5 filhos, sofreu dupla sanção: foi desafiado a ir com o empreiteiro até o ônibus, onde o mesmo guardava o revólver, além de ter sido demitido da firma (Empreiteiro..., 1984).

Jorge Ribeiro, combativamente, chamou a polícia, que chegou após a fuga do empreiteiro. Em momentos seguintes, foi capturado pela 111ª Delegacia de Polícia de Campos, pagou multa máxima por porte ilegal de armas de fogo e liberado. O caso demonstra, portanto, como a violência permaneceu um recurso de poder para humilhar e dominar os trabalhadores.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sob presidência de Manoel Francisco Pereira, não se omitiu, aguardando que os usineiros acatassem deliberadamente às transformações. Conforme reportagem do O Globo, a principal preocupação do sindicato naquele instante era a assinatura da carteira de trabalho e o fim dos empreiteiros. Segundo ele, “o que mais nos preocupa [...] são as firmas empreiteiras que sequer têm capital social para funcionar como empresas, mas foram registradas” (O Globo, 1984a). Havia planos de atuarem em conjunto com o Ministério do Trabalho para

fiscalizar e regularizar os informais.

A greve refletiu, até mesmo, nos fornecedores de cana (plantadores), insatisfeitos com o critério de pagamento determinado pelo Conselho Deliberativo do IAA. Na ocasião, ameaçaram não entregar a matéria-prima às usinas caso os usineiros continuassem retendo 10% do valor da cana entregue para pagamento posterior, em janeiro ou fevereiro, como garantia de promissórias rurais. Segundo o argumento dos plantadores, o custo da produção era alto e os preços defasados, exigindo o pagamento integral (Boicote..., 1984).

Para os usineiros, antigos conflitos precisaram ser resolvidos, porque, além do prejuízo causado pela greve, a falta de chuva afetou a produtividade da matéria-prima. O projeto de irrigação, desejado desde a década de 1970, era restrito a poucos lotes em algumas fazendas. Assim, caso os plantadores entrassem em greve, as canas não seriam cortadas e perderiam seu teor de sacarose, levando à redução do produto final. Como o pagamento dos canavieiros é efetuado por produção, não havendo trabalho, não haveria salário, o que poderia gerar uma greve mais enérgica (Indústria..., 1984).

Em síntese, as relações dos usinei-

ros com os plantadores eram ambíguas, marcadas pelo distanciamento quanto à posição nas relações de produção, mas próximas quanto às opiniões sobre os trabalhadores e sobre a intocabilidade da propriedade privada. Essa ambiguidade se tornou notória ao analisar os mecanismos utilizados pelos plantadores para impor suas condições de fornecimento da cana. No episódio citado acima, apesar de não decretarem uma greve geral, boicotaram as usinas que não realizavam o pagamento total pelas cotas fornecidas. Os usineiros, cujos prejuízos cresciam a cada dia, rapidamente negociaram (Campos..., 1984).

O capital financeiro e simbólico dos plantadores e sua posição de classe impossibilitava os usineiros de argumentarem de forma ríspida ou cortarem as relações, conforme faziam com os trabalhadores. A mão de obra do corte poderia ser substituída por migrantes, mas a produção dificilmente poderia ser adquirida de outros estados<sup>16</sup>.

No meio desse embate, os canavieiros continuavam tendo seus direitos desrespeitados e as vitórias não eram concretizadas na prática. Lutavam, marcavam assembleias e pressionavam os patrões. Segundo O Fluminense, o STRC convocou os trabalhadores para uma assem-

<sup>16</sup> Pinto (2004) relata que uma das razões que contribuíram para a falência da Usina Santa Maria esteve a necessidade de adquirir cana-de-açúcar de outras regiões do norte e noroeste Fluminense. Dada a dificuldade das estradas, bem como o tempo entre o corte e a moagem, a produtividade perdida não compensava os custos da operação. Na indústria sucroalcooleira, o corte e a moagem são projetados para serem feitos no menor tempo possível, visando maior aproveitamento da matéria-prima.

bleia para o dia 26, visando discutir a possibilidade de uma nova greve, devido ao descumprimento do acordo firmado no dia 31 de julho. A assembleia estava marcada para o auditório do sindicato, mas com possibilidades de ocupar o ginásio do Automóvel Clube Fluminense.

*A disposição da liderança da classe é repetir o movimento grevista, considerando que os bóias-frias estão sendo traídos pelo descumprimento do que fora estabelecido em acordo. O Sindicato, através de comissões de mobilização, já está trabalhando no interior de municípios convocando os trabalhadores para a assembleia, que deverá ser marcada para o auditório do Automóvel Club Fluminense, de onde saiu a greve do mês passado (Trabalhadores..., 1984).*

Novamente, a mídia noticia a possibilidade de uma nova paralisação. Segundo Manoel Francisco:

*Estamos buscando o entendimento com os usineiros. Alguns têm sido sensíveis, mas, na verdade, podemos dizer que todas as usinas estão descumprindo o acordo. Se esta situação se mantiver até domingo que vem, a possibilidade de greve aumentará bastante, pois não podemos suportar mais (Bóia-fria..., 1984a).*

Assim, o STRC e os trabalhadores estavam dispostos a reanimar o movimento grevista. Exemplo disto é a presença de Eraldo Lírio, presidente da FETAG/RJ, ao desembarcar em Campos para auxiliar na mobilização do sindicato. Naquele contexto, contatou os canavieiros nos seus locais de trabalho. A própria presença da confederação demonstrou a real possibilidade de irromper uma nova paralisação.

O sindicato propôs, no entanto, que

uma nova greve fosse setorizada, atingindo 5 mil trabalhadores que não estavam recebendo o salário acordado. Antes da assembleia, os usineiros já negociavam com a FETAG/RJ e garantiam a correção das irregularidades, cientes da paralisação nas áreas onde houvesse descumprimento (Bóias-frias, 1984c).

Apesar de a mídia não noticiar o resultado da assembleia, o jornal O Fluminense informa que, na tarde do dia 28 de agosto, cerca de 600 trabalhadores da Usina Santa Cruz decretaram greve. Ela foi finalizada no dia seguinte, após os usineiros acordarem com o STRC o cumprimento integral do acordo coletivo: ademais, manifestações ocorreram na Usina Outeiro (Bóia-fria..., 1984b).

Após a greve de 1984, uma nova postura é inaugurada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, cujas lutas ligadas às paralisações, piquetes e greves se transformaram em estratégias de luta de classes. Não acreditamos que os processos na justiça tenham perdido força total, mas a vitória causada pela organização e confronto direto engendrou novas perspectivas para obter melhorias.

A assinatura do acordo, apesar de não representar transformações imediatas e totais nas relações de trabalho e na vida dos canavieiros, auxiliou na construção de uma nova prática de oposição aos patrões, pautada na greve setorizada e paralisações as quais houvesse irregularidades. Essa estratégia manteve ativa a mobilização, ampliou a atuação do sindicato e possibilitou uma pressão constante pelo cumprimento

do acordo. Intensificou, ainda, a fiscalização pela federação, aproximando os trabalhadores do sindicalismo.

A importância desse momento para a história dos movimentos sociais do estado do Rio de Janeiro e de Campos, demonstrada ao longo de todo este trabalho, ampliou as lutas e a resistência à violência praticada pelos usineiros nos anos seguintes. A partir da “Carta de Alforria” dos canavieiros campistas, as relações entre trabalhadores e patrões foram transformadas, marcadas pelo aumento da resistência, crítica e a oposição à dominação. Com o processo de falência, no final dos anos 1980, o movimento produziu novas estratégias de mobilização, promovendo a luta pela terra via Reforma Agrária, tópico que não pôde ser explorado neste artigo diante dos limites.

Homens e mulheres, trabalhadores do corte de cana-de-açúcar, libertaram os gri-

tos aprisionados por décadas através de greves crescentes e estruturadas. Em junho de 1985, 11 meses depois, paralisaram novamente por quatro dias, gerando prejuízos maiores para os patrões e demandando com mais vigor o reajuste salarial e a garantia das conquistas obtidas em 1984.

Por fim, cabe indicar que o período analisado neste artigo apresenta diversas questões não resolvidas e de extrema importância para compreensão do cenário de redemocratização no interior do Rio de Janeiro. Com esse trabalho, objetivou-se contribuir com esse grandioso universo do trabalho canavieiro em Campos, apontando perguntas, propondo algumas soluções e indicando a futuros pesquisadores as múltiplas possibilidades e riquezas presentes nesse campo, pouco explorado desde o final do século XX.



## Referências Bibliográficas

- Abramo, L. W. (1999). O resgate da dignidade: Greve metalúrgica e subjetividade operária. Editora da Unicamp.
- Além da carteira assinada mais direitos e trabalho. (1984, 1 de agosto). O Globo.
- Bóia-fria de Campos já voltou ao trabalho. (1984a, 30 de agosto). O Fluminense.
- Bóia-fria de Campos pode voltar à greve. (1984a, 23 de agosto). O Fluminense.
- Bóias-frias discutem greve no Domingo. (1984a, 20 de julho). O Fluminense.
- Bóias-frias podem parar mais uma vez. (1984c, 26/27 de agosto.). O Fluminense.
- Bóias-frias voltam aos trabalhos nos canaviais. (1984b, 1 de agosto). O Fluminense.
- Boicote de cana ameaça o açúcar. (1983, 10 de agosto). O Fluminense.
- Bourdieu, P. (1989). O poder simbólico. Bertrand Brasil.
- Campos. (1984, 31 de maio). Jornal dos Sports (RJ).
- Campos: fornecedores de cana começam boicote. (1984, 14 de agosto). O Fluminense.
- Canavieiros param e exigem direitos. (1984, 31 de julho). Última Hora.

- Carriço, A. (2020). Sobre o trabalho de assessoria a movimentos sindicais: duas trajetórias no sindicalismo rural. In J. S. L. Lopes, & B. Heredia (org.). *Movimentos cruzados, histórias específicas: Estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros* (pp. 341–372). Editora UFRJ.
- Centro Ecumênico de Documentação e Informação. (1985). *Canavieiros em Greve: Campanhas Salariais e Sindicalismo*. Cedi.
- Com acordo, bóias-frias terminam greve. (1984, 1 de agosto). *Folha de São Paulo*.
- Decreto-Lei nº 1.186, de 27 de agosto de 1971. (1971). *Diário Oficial da União*. <https://bit.ly/4biNcfG>
- Demissão em massa é o novo problema dos bóias-frias. (1984, 2 de agosto). *O Fluminense*.
- Distorções existentes no meio rural, propiciam surgimento de “novos-ricos”. (1977, 16 de dezembro). *O Fluminense*.
- Em greve os canavieiros fluminenses. (1984, 30 de julho). *Tribuna da Imprensa*.
- Empreiteiro faz ameaças de morte à bóias-frias. (1984, 3 de agosto). *O Fluminense*.
- Gonçalves, R. M. (2019). *Canavieiros na região de Campos Dos Goytacazes: Reflexões sobre a ação sindical da constituição do sindicato à Greve De 1984*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Greve por melhores salários para 25 mil bóias-frias. (1984, 31 de julho). *O Fluminense*.
- Indústria açucareira pode parar novamente. (1984, 10 de agosto). *O Fluminense*.
- Kageyama, A, & Silva, J. (1983). Os Resultados da Modernização Agrícola dos anos 70. *Estudos Econômicos*, 13(3), 537–559.
- Laat, E. F. (2010). *Trabalho e risco no corte manual de cana-de-açúcar: A maratona perigosa nos canaviais*. [Tese de Doutorado]. Universidade Metodista de Piracicaba.
- Lopes, J. S., & Heredia, B. (2020). *Movimentos cruzados histórias específicas: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros*. Editora UFRJ.
- Medeiros, L. (1989). *História dos movimentos sociais no Campo*. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.
- Neves, D. P. (1989). *Por trás dos verdes canaviais*. EDUFF.
- Neves, D. P. (1997a). *Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista: estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana*. EDUFF.
- Neves, D. P. (1997b). *Assentamento rural: Reforma Agrária em Migalhas – Estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis*. EDUFF.
- Nova paralisação pode sair em 8 dias. (1984, 2 de agosto). *O Fluminense*.
- Novaes, J. R. (1993). *Modernização, relações de trabalho e poder: Um estudo das transformações recentes na agroindústria canavieira no Nordeste*. [Tese de Doutorado]. Universidade Estadual de Campinas.
- Palmeira, M. (1989). Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, 3(7), 87–108.
- Pedro, R. (2007). Os mercados mundiais de açúcar e a evolução da agroindústria canavieira do Brasil entre 1930 e 1980: o açúcar ao álcool para o mercado interno. *Economia Aplicada*, 11(4), 559–585.
- Pinto, A. C. (2004). *Quem quebrou a casa de meu pai? Comunidade*.
- Reunião hoje em Campos tenta pôr fim à greve dos cortadores de cana. (1984, 31 de julho). *Jornal do Brasil*.
- Ribeiro, A. M. (1987). *Passeio de beija-flor: a luta do sindicato pela garantia da representação dos canavieiros fluminenses: Um estudo da ação sindical no campo*. [Dissertação de Mestrado] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Rodrigues, G., & Ross, J. (2020). *A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: Perspectivas geográfica, histórica e ambiental*. EDUFU.
- Silva, J. G. (1981). *Modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e traba-*

lhadores rurais no Brasil. Jorge Zahar.

- Soares, F. V. O campo na luta por seus direitos: uma análise sobre a relação entre os trabalhadores rurais campistas e os direitos trabalhistas no Rio de Janeiro durante o período democrático (1945-1964). [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Tavares, F. M. (2021). Condições de moradias e contratos de trabalho na lavoura canavieira em Campos dos Goytacazes (1980-1989). Revista Ideas (Online), v. 15, p. 1-41.
- Tavares, F. M. (2022). Resistência, Luta e Sindicalismo: Um estudo sobre a greve (1984)

dos canavieiros de Campos dos Goytacazes (RJ). [Dissertação de Mestrado] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

- Tavares, F. M. (2022a). Reflexões sobre a agroindústria canavieira, neoliberalismo e degradação das condições de trabalho. Revista Ideas (Online), v. 16, p. 1-26.
- Trabalhadores rurais marcam assembleia. (1984, 16 de agosto). O Fluminense.
- Usinas de álcool e açúcar voltam a operar após a greve. (1984, 2 de agosto). O Globo.
- Usineiro que passa fome vai à praça protestar. (1985, 7 de janeiro). O Fluminense.